

Desenvolvimento Comunitário: das Teorias às Práticas

**Turismo, Ambiente e Práticas Educativas
em São Tomé e Príncipe**

ORGANIZADORES

Brígida Rocha Brito (Coord.)

Nuno Alarcão

Joana Marques

Ficha Técnica

Título: Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas
Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe

Organizadores: Brígida Rocha Brito (Coord.); Nuno Alarcão; Joana Marques

Colaboração: Joaquim Pinto; Bastien Loloum; Ana Sofia Alarcão; Fernanda Alvim

Autores: Adelina Pinto, Ana Cristina Palos, Ana Cristina Silva, Antónia Barreto, António Guedes, António Martelo, António Rodrigues, Araceli Serantes Pazos, Arlindo de Carvalho, Bastien Loloum, Brígida Rocha Brito, Bruno Silva, Carlos Vales, Céu Teiga, Cláudia Silva, Conceição Afonso, Danilo Barbero, Drausio Annunciato, Eleutério da Assunção, Eugénia Gonçalo, Eva Vidal, F. Veloso-Gomes, Germán Vargas, Irene Nunes, Isabel Rodrigues, Isaura Carvalho, Ivanete Nardi, Joana Marques, João Martins, Joaquim Ramos Pinto, Jorge de Carvalho, Jorge Bom Jesus, Luís Mário Almeida, Luís Moita, Manuela Cardoso, Márcia Moreno, Marcela Sobral, Mariana Roldão Cruz, Maria Teresa Andresen, Mariana Carvalho, Mário Freitas, Miguel Silveira, Nora Rizzo, Nuno Alarcão, Pablo Meira, Pedro Morais, Pedro Teiga, Rafael Branco, Raquel Lopes, Rogério Roque Amaro, Rosa Madeira, Vítor Reis, Xavier Muñoz y Torrent, Yossene Santiago

Revisão: Equipa do Projecto PTDC/AFR/69094/2006, Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE)

Financiamento e Apoios: FCT, CPLP, Delta

Organização do Seminário: Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE); Direcção-Geral do Ambiente e Direcção de Turismo da República Democrática de São Tomé e Príncipe; Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental (NEREA-Investiga)

Outros Apoios no âmbito do Seminário: FCT, Fundação Luso-Americana, Fundação Calouste Gulbenkian, CEIDA, TAP Portugal, BANIF, Câmara Municipal de Lisboa, Culturália

Local: Lisboa

Ano: 2009

1-ª Edição (Janeiro 2009)

Tiragem: 400 exemplares

Capa e Maquetização: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.

Edição: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.
Rua Joaquim Casimiro 6, 4.º Dt.º, 1200-696 Lisboa
e-mail: gerpress@sapo.pt

Depósito Legal: 287.969/09

ISBN: 978-989-96094-0-2

Sustentabilidade: bom senso ou senso comum?

Victor Reis (Centro de Estudos Africanos/ISCTE)

Introdução

A problemática dos Pequenos Estados Insulares, nascidos da descolonização portuguesa, apresenta dois grupos de problemas: primeiro, são países com baixo desenvolvimento humano quando se tornam independentes, ou seja, países com reduzido rendimento por habitante, baixo índice educacional, baixa esperança de vida; segundo, têm um pequeno território por vezes fragmentado. Estes territórios permaneceram sob a jurisdição política portuguesa até à fase mais tardia do declínio do império quando este se tornara cada vez mais periférico em relação aos países do centro do sistema de acumulação mundial. Por isso, também por razões históricas, tornaram-se periferias de um sistema periférico.

Isto significava questionar sobre a possibilidade de estes estados ascenderem ao progresso económico e social das gerações presentes e futuras abrangendo uma parte crescente da população, especialmente da mais pobre, a partir das condições históricas de partida e das características do seu território.

Esta questão prende-se com uma característica destes estados, a sua vulnerabilidade. Esta vulnerabilidade é a sensibilidade a ameaças externas e internas, e revela-se tanto no plano económico como ambiental e social. A pequenez e dispersão do seu território tornam estas economias sensíveis a flutuações da conjuntura internacional, dependentes de importação estratégicas (energia, alimentos, matérias primas) e da concentração das suas exportações, estando sujeitas ainda ao elevado custo dos transportes e à sua dependência do financiamento externo. Por outro lado o seu território limitado torna maior a sensibilidade dos seus ecossistemas à intervenção humana e a acidentes naturais. A vulnerabilidade social traduz-se pela grande exposição da sociedade às flutuações do rendimento e sua repartição e ao seu impacto sobre a coesão social. Entre as ameaças externas estão os desastres naturais que afectam estes países de uma forma desproporcionada. As ameaças internas são sobretudo determinadas pela utilização sem regra dos seus recursos, nomeadamente, a desflorestação, o esgotamento dos bancos de pesca, o esgotamento das fontes de água potável e as que resultam dum descontrolado desenvolvimento do turismo. Estes estados enfrentam ainda ameaças à sua segurança como a diminuição da “coesão social e da sua viabilidade e integridade financeira resultantes do crescimento das actividades criminosas transnacionais, particularmente o tráfico de droga e lavagem do dinheiro” (Sutton, 1998: 2).

Por isso, o desenvolvimento destes estados é também uma resposta à sua vulnerabilidade. A resiliência, ou seja, o aumento da capacidade de resistência às condições adversas, tanto internas como externas, é concomitante com o desenvolvimento. A sustentabilidade económica, social e ambiental depende do reforço presente e futuro das condições de resiliência.

Implica um processo dinâmico que, a partir do reforço das condições endógenas, permita o incremento do valor local com a sua redistribuição crescente pelas gerações presentes e futuras. Não se trata apenas da manutenção de um sistema letárgico baseado em condições mínimas de sobrevivência alimentar quando estas existam, mas antes da criação de condições locais que permitam passar de forma duradoura a patamares superiores de produção, de dignidade e participação social.

I. Condições endógenas do reforço da resiliência

Estes Estados são sistemas abertos, muito sensíveis às condições externas e cujo crescimento depende da cooperação internacional e dos factores de competitividade locais. Estes vão ascendendo a patamares superiores de riqueza a partir das condições endógenas quer materiais quer imateriais. Estas condições vão permitindo alterar o posicionamento externo destes países e também a dimensão e qualidade dos fluxos financeiros com o resto do Mundo de que dependem. A sustentabilidade do crescimento económico destes estados depende da mudança qualitativa do valor criado internamente. Por isso o seu crescimento depende da capacidade endógena para criar um valor crescente. Dada, porém, a sua fragilidade e dependência inicial, a consolidação das condições de desenvolvimento endógeno depende também da existência de condições para a atracção de fluxos financeiros que mantenham a capacidade interna de consumo e de investimento.

Quadro I – Condições imateriais endógenas de desenvolvimento

Condições endógenas	Sustentabilidade		
	Económica	Social	Ambiental
História	Ressonância das acções exemplares; Partilha de valores e referências culturais comuns como estímulo à intervenção dos actores económicos	Coesão social Identidade cultural	

Condições endógenas	Sustentabilidade		
	Económica	Social	Ambiental
Adaptação institucional	Ajustamento a novos contextos; Definição dos limites da actuação dos actores económicos	Mudança das instituições políticas e sociais	Delimitação das fronteiras de intervenção humana
Partilha de regras e confiança no seu cumprimento	Aumento do capital social e seu efeito no comportamento dos actores internos e externo	Aumento do capital social e seu efeito na coesão social	Previsibilidade da intervenção sobre os recursos ambientais
Educação, conhecimento e experiência	Externalidades positivas: apropriação de tecnologia; inovação.	Reforço do capital educacional	Percepção dos problemas ambientais
Redistribuição	Consumo mínimo Dimensão crítica do micro-investimento	Conservação ou aumento da Coesão social	Diminuição da pressão ambiental provocada pela pobreza

Só existe investimento externo se existirem condições institucionais, nível educacional e recursos naturais que permitam a criação de alguma vantagem competitiva. Do mesmo modo, o investimento interno só se realiza se existirem condições de confiança e instituições que dêem segurança a quem investe. Para além das infra-estruturas materiais ligadas ao abastecimento interno, à logística, à administração, educação e saúde existem factores imateriais que influenciam de forma determinante as condições locais do processo de desenvolvimento. São eles a História, a adaptação das instituições, a educação e a repartição da riqueza.

2. A memória e as instituições (Consistência das boas práticas e o capital social)

“A História influencia a tecnologia, as competências básicas e as instituições de uma sociedade. Não é necessariamente verdade que o impacto de eventos do passado se desgaste com o tempo. Esses eventos podem ser pré-condições que conduzam a economia a um firme estágio de desenvolvimento.” (Stiglitz e Karla Hoff, 2006)

Para além dos contextos, a história explica a persistência de comportamentos que se foram registando no passado (*hysteresis*) como uma memória que permanece na socieda-

de para além dos acontecimentos que lhe deram origem. Este efeito no comportamento social reflecte-se nas instituições, nas expectativas, no capital social, na cultura. Esta memória baseada na percepção dos comportamentos recentes pode ser positiva ou negativa. A ausência de corrupção, por exemplo, gera o reforço da confiança nas instituições. O contrário fragiliza-as. Esta memória é dinâmica e vai sendo transformada pela educação, pela experiência das organizações e pela interacção com outras comunidades. Esta partilha de uma memória comum é também o espaço em que se modelam as instituições, se repensam as organizações e as parcerias, em que se definem as proximidades das quais se parte para o reforço das relações com outros povos.

Em Cabo Verde, por exemplo, a independência foi feita mais de continuidades que de rupturas. E estas foram-no mais no sentido de auto-centrar as instituições do que de apagar os vestígios da influência portuguesa. As empresas públicas mantiveram-se públicas com a transferência da propriedade para o Estado Cabo-verdiano, o sistema financeiro emergiu do já existente, o abastecimento interno fez-se a partir da experiência internacional de empresários luso-cabo-verdianos, a administração pública ergueu-se a partir da administração colonial, o sistema de ensino partiu do já existente. A permanência na memória dos comportamentos positivos (*hysteresis*) foi também um factor catalisador de decisões que favoreceram o desenvolvimento neste país. A estabilidade da governação, com ciclos de 10 ou mais anos, criou alguma segurança em relação à consolidação das políticas e das mudanças institucionais. Esta prática, associada ao cumprimento das obrigações internacionais e à contenção da dívida pública, tornou a confiança das instituições financeiras internacionais uma vantagem importante no acesso a meios de financiamento externo e na criação de uma imagem positiva perante os investidores externos, cuja importância foi decisiva nos anos 90.

Quadro 2 – Défice orçamental, Dívida Pública e Dívida Externa em % do PIB

	2004	2005	2006
Défice orçamental global (% do PIB)	0,9	2,9	0,1
Dívida Pública (% do PIB)	93,4	84,7	79,7
Dívida Externa efectiva (% do PIB)	42,2	44,5	37

Fonte: BCV

Um outro factor que foi moldando a confiança nas pessoas e nas instituições foi a irrelevância da corrupção na prática política e da administração pública. Isto permitiu dimi-

nuir os custos de transacção e tornar mais transparente o mercado e as práticas do Estado. Estas qualidades foram referidas pelas empresas de capital estrangeiro que investiram na indústria em Cabo Verde, quando em 1999 e 2003 o autor as entrevistou.

A persistência desta prática de rigor e de cumprimento dos compromissos foi criando um espaço de confiança cujos resultados se observam na evolução das principais fontes de financiamento da economia, essenciais ao crescimento económico (remessas de emigrantes, ajuda pública ao desenvolvimento, investimentos directos estrangeiros e empréstimos externos). Esta dimensão da memória traz consigo, por tudo o que foi dito, não só um património cultural que foi sendo forjado pelo encontro dos povos e de culturas mas, num tempo mais recente, a construção de atitudes que valorizam o capital social pelo aumento da confiança e segurança das instituições.

Quadro 3 - Transferências e IDE em % do PIB (média móvel dos três últimos anos)

	1996	1997	1998	1999	2000
- Transferências	29,9%	28,3%	26,7%	26,1%	25,8%
- Transferências oficiais	10,3%	10,6%	10,5%	9,8%	7,3%
- Investimento directo	3,9%	4,3%	3,1%	4,6%	5,7%

Fonte: BCV

A mudança institucional é, também, uma condição endógena para permitir tornar perceptíveis os limites dos actores económicos, políticos e sociais em novos contextos. As instituições definem os limites quer da actuação do Estado em relação às empresas e aos cidadãos quer o quadro em que se estabelecem as relações destes com o Estado. As decisões públicas e privadas são moldadas por estes limites. Esta mudança só tem eficácia, contudo, se for acompanhada da acção consistente que crie a percepção generalizada e persistente do cumprimento das regras. Neste caso, a ética política é muito importante.

As mudanças institucionais têm de estar ajustadas aos contextos e às condições sociais prevalentes. Se forem copiadas de outros países ou inculcadas por organizações internacionais sem atender às condições sociais e económicas locais, podem não produzir o efeito esperado aumentando as dificuldades. Em Cabo Verde, a mudança das instituições foi determinante em todo o processo de desenvolvimento observado nos últimos vinte e cinco anos. Desde logo, no período imediatamente a seguir à independência, esta mudança traduziu-se pela concentração dos instrumentos de intervenção económica nas mãos do Estado e a contenção da acção dos actores privados, num contexto favorável tanto no

plano interno como externo. De 1975 a 1990 prevaleceram as instituições que, no domínio económico, definiram a supremacia do Estado sobre a economia com o controlo das empresas do sector financeiro, do comércio externo de alimentos, da produção de energia e água, das telecomunicações. No domínio político a regime assentou na existência de um só partido com uma visão socialista e autocentrada do desenvolvimento, defendendo o não-alinhamento e a integração regional dos países africanos. Este primeiro desenho institucional permitiu fazer crescer o PIB real per-capita a uma taxa média anual de cerca de 10%, entre 1980 e 1990, e consolidar um sistema empresarial essencial ao abastecimento público.

Depois, a partir dos anos 90, houve uma mudança do quadro institucional passando os mercados e a iniciativa privada a prevalecer sobre a acção económica do Estado. A partir dos finais dos anos 80 avolumaram-se contradições internas e externas que viriam a traduzir-se em mudanças institucionais tanto no plano político como económico. As primeiras foram influenciadas por movimentos cívicos que reclamavam a democracia formal e denunciavam a incapacidade do Estado sanar o peso crescente dos prejuízos de algumas empresas públicas. As mudanças externas foram determinadas, sobretudo, pela dissolução do bloco socialista e pela expansão a leste do liberalismo económico.

As mudanças nas instituições políticas foram preparadas pelo partido no poder (PAI-CV) que introduziu as alterações legislativas para a criação do regime pluripartidário. Após as eleições, na vigência da nova constituição, o novo partido no poder, MPD, que tinha uma visão da integração de Cabo Verde na economia mundial, viria a criar um corpo de normas que enquadravam a liberalização dos mercados e a ascensão da iniciativa privada quer nacional quer externa. Estas mudanças nas instituições económicas alteraram a posição do Estado em relação à economia e deram mais garantias aos investidores privados, fornecendo-lhes um quadro favorável ao investimento. A acção do Estado passou a limitar-se, tendencialmente, ao exercício de funções de regulamentação. A nova legislação sobre o investimento estrangeiro acrescentou condições de segurança e incentivos ao investimento externo na indústria e no turismo. Foram estas mudanças que permitiram que, a partir de 1994, se observasse um crescimento contínuo do investimento directo estrangeiro e, ao mesmo tempo, a criação de um número significativo de empresas nacionais.

O desenho institucional adaptou-se, assim, às novas condições do contexto histórico interno e externo e a estabilidade política permitiu que as instituições se tornassem consistentes no tempo. Uma grande parte destas alterações procuraram influenciar o comportamento microeconómico dos actores de investimento privado. Os estímulos fiscais ao investimento com potencial exportador, as condições favoráveis à instalação de unidades turísticas, a liberdade de importação de mercadorias, a simplificação dos processos de

desalfandegamento, etc., são exemplos de mudanças com incidência nas decisões de investimento local.

Quadro 4 - Número de empresas do início de 1990 e em 1999 em Cabo Verde

	Antes de 1990	1999	Aumento	% anual de cresc.
Total	2.182	7.109	4.927	12,5%

Fonte: INE¹

Quadro 5 - Investimento directo estrangeiro em Cabo Verde (milhares de contos CV)

	1991 a 1993	1994 a 1996	1997 a 1999	2000 a 2002
Investimento directo	108.262	11.946.922	18.987.299	20.967.688

Fonte: Promex e BCV

3. Vantagem competitiva e a qualidade das pessoas

O saber é um dos recursos intangíveis que nasce da experiência e da educação. Quanto maior for o nível educacional e a experiência, maior é a capacidade de apropriação das tecnologias e a capacidade de inovação. Num processo de integração na economia mundial a existência de condições endógenas de apropriação de conhecimento é fundamental para a valorização da economia como um todo. Trata-se de um domínio importante do desenvolvimento humano e gerador de economias externas.

As diferenças de desenvolvimento podem ser explicadas pelas diferenças de conhecimento (ibid: 412). Há duas razões que podem explicar estas diferenças de conhecimento. Uma é as barreiras ao fluxo de conhecimento; outra, o reduzido investimento em conhecimento. Um dos obstáculos aos fluxos de conhecimento é resultado das doenças como a malária que afectam os fluxos de pessoas e que Bloom e Sachs (1998) estimaram poder afectar o crescimento do PIB em mais de 1% ao ano. Por outro lado, nos países menos desenvolvidos o investimento na educação é muito reduzido e a taxa de escolaridade muito pequena. Autores como Mingat e Psacharopoulos sustentam que, nestes países, o investimento na educação, especialmente nos níveis mais baixos, tem uma elevada taxa de retorno. Para Haveman e Wolfe (1984) o seu impacto não se limita ao crescimento. Há outros benefícios sociais que resultam deste investimento, tais como, os efeitos na saúde,

¹ INE (1999), 1º Recenseamento Empresarial – 1ª Fase, vol. I - Cabo Verde - 1997, Praia, Instituto Nacional de Estatística. Os dados de 1999 estão em suporte electrónico e ainda não tinham sido publicados.

na eficiência no consumo, na própria participação política. A educação tem, também, relevância na percepção do impacto sobre o meio ambiente da acção humana.

A análise dos investimentos efectuados em Cabo Verde ao longo destes últimos vinte e cinco anos permitem observar que a educação esteve entre as três principais prioridades.

A educação foi, também, um domínio em que se observaram mudanças institucionais significativas.

Quadro 6 - Evolução do número de alunos do ensino básico e secundário, de 1973 a 2002²

Anos	Número de alunos	Índice	% de alunos no Básico	% de alunos no Secundário
1973-74	45.000	100	96,5%	0,5%
1992-93	85.397	190	85,8%	14,2%
1999-00	131.602	292	69,6%	30,4%
2000-02	137.864	306	65,1%	34,9%

Fonte: CARDOSO, Manuela (2007)

Em Cabo Verde, a mudança do sistema de ensino está associada ao aumento da população escolar e do índice educacional. De 1974 para 2002 a população escolar triplicou. Este aumento da escolaridade no nível secundário deveu-se não só à maior cobertura espacial do ensino como ao aumento do número de anos de escolaridade. O mesmo se passou com o ensino superior cujo desenvolvimento se observou, sobretudo a partir dos anos 90.

Quadro 7 - Número de alunos nas escola do ensino médio e superior

Escolas do ensino médio e superior	1997/98	2002/03	Observações(*)
Ensino médio			
- Instituto Pedagógico	496	832	
- Escola de Enfermagem	

Escolas do ensino médio e superior	1997/98	2002/03	Observações(*)
Ensino Superior			
- Instituto Superior de Educação	313	714	
- ISEC Mar	104	105 *	2000 / 01
- ISCEE	133	184 *	2000 / 01
- Centro de Formação Agrária	26	25 *	2000 / 01
- Instituto Nacional de Administração e Gestão	37	..	
- Universidade Jean Piaget de Cabo Verde	..	960 *	2003 / 04
- Instituto de Estudos Superiores Isidoro da Graça	

Fontes: ISE, ISEC MAR, ISCEE, INIDA, INAG, Revisão das Despesas Públicas

Este crescimento do patamar educacional permite, não só, aumentar a capacidade e liberdade de participação nas diferentes esferas da sociedade como ter um efeito importante na transformação das empresas e do seu valor.

4. Redistribuição e a coesão social

O desenvolvimento sustentável do ponto de vista social implica um reforço constante dos laços de sociabilidade. Isso implica que o crescimento económico e a repartição do produto possam manter condições de sociabilidade em que as rupturas, a existir, não conduzam ao corte dos laços fundamentais dos grupos de suporte da sociedade. Por outro lado, do ponto de vista económico o rendimento não pode estar tão concentrado que se torne um factor de ineficiência económica. A riqueza joga um papel catalítico. Se a distribuição da riqueza é muito desigual aqueles que têm mais do que o suficiente não dão o melhor uso às suas competências e os que têm muito pouco não têm o suficiente para levarem para a frente uma actividade produtiva.

Desde a independência que em Cabo Verde se adoptaram políticas de redistribuição do rendimento. São exemplo de políticas redistributivas, as frentes de alta intensidade de mão-de-obra, o acesso gratuito à educação e saúde, o controlo sobre os preços dos bens

alimentares, da água e da electricidade e, mais recentemente, as acções de luta contra a pobreza. Tão importante como a acção directa do Estado foi a criação de condições de segurança macroeconómica que permitiram que o apelo da responsabilidade e dos laços familiares pudesse concretizar-se pela intensificação das remessas, com forte impacto nacional e no rendimento disponível familiar.

5. A sustentabilidade local e a extroversão

A criação local de condições de atractividade dos actores externos permite a criação de fontes de recursos externos e, por outro lado, responde às necessidades da população local. As decisões certas sobre a protecção ambiental, o aumento do nível educacional e sanitário da população, a redistribuição da riqueza, as infra-estruturas físicas permitem dar resposta à satisfação das necessidades da população local e, ao mesmo tempo, criar condições endógenas de atractividade crescente. A qualidade das pessoas, das instituições, a qualidade e consistência das decisões políticas reforçam as condições naturais locais de interesse dos actores de investimento externo, dos investidores internos e dão segurança às instituições financeiras internacionais. Este reforço dos laços com o exterior bem como das condições locais de produção material permitem, ao mesmo tempo, o aumento da resiliência e a sustentabilidade económica, social e ambiental.

É, por isso, importante a identificação dos vectores locais que podem influenciar a interacção com actores externos. A sua relevância prende-se com a necessidade de ultrapassar restrições estruturais destes pequenos estados como a reduzida capacidade interna de formação de poupança, a dependência tecnológica e científica e a necessidade de projectar para o exterior um mercado que internamente está muito limitado. Aquilo que empresas de investimento directo estrangeiro procuram obter com a sua localização nestes países não é nem economias de escala, nem economias de aglomeração, nem vantagem tecnológica. Procuram, antes, alguns nichos de mercado, recursos naturais exclusivos, competências e conhecimento, boa relação qualidade custo da mão-de-obra, um meio político, social e institucional familiar e políticas macroeconómicas favoráveis.

Quadro 8 - Factores favoráveis ao IDE em Cabo Verde

Factores	Total	% do total
Baixos custos salariais	9	23%
Rápida aprendizagem da M.O. não qualificada	7	18%
Incentivos	7	18%
Acesso a mercados	5	13%
Mão-de-Obra qualificada	2	5%
Disponibilidade de matérias-primas	1	3%
Sem resposta	8	21%
Total das empresas entrevistadas em 2003	39	100%

Fonte: Reis

A experiência de Cabo Verde diz-nos que, para as empresas francas de investimento directo a principal vantagem de localização está ligada à procura de ganhos de eficiência, pela utilização de uma boa relação qualidade - preço da mão-de-obra e acesso a recursos naturais, como os recursos do mar. Os factores imateriais mais relevantes são, por outro lado, o enquadramento institucional favorável (simplificação dos procedimentos de desalfandegamento, isenção de impostos sobre as importações de bens destinados a serem transformados, isenção de impostos sobre os lucros, incentivos financeiros e de localização) e a disponibilidade de mão-de-obra qualificada. Este último foi especialmente importante para os parceiros estratégicos que adquiriram empresas públicas no sector financeiro, de telecomunicações, de água e electricidade. Estas respostas permitem sublinhar a importância da qualidade das pessoas com factor de atracção local do investimento e de valorização endógena das actividades.

Um outro factor intangível de atracção do investimento externo identificado é a familiaridade do meio político, social e institucional. Este elemento reflecte o efeito histeresis da história tanto no interesse dos parceiros externos como, porventura, na ponderação das escolhas pelos actores nacionais. Uma grande parte das empresas de investimento directo estrangeiro é de origem portuguesa. E alguns dos parceiros estratégicos têm uma história comum no período pré-independência. É o caso da Portugal Telecom, da EDP e das Águas de Portugal. Admite-se que esta memória partilhada tanto do ponto de vista das organizações como das instituições tenha favorecido também este dinamismo nas relações entre os parceiros portugueses e cabo-verdianos.

Quadro 9 - Privatizações: ponto da situação em finais de 2003

Sector / actividade	Empresa	Operação	Nacionais	Golden Share	Estr.	Orig.	Comprador estrangeiro
Água e Electricidade	Electra	Venda		X	51%	P	EDP/ Águas de Portugal
Comunicações	Cabo Verde Telecom	Venda	47%	X	40%	P	Portugal Telecom
Bancários	BCA, Banco Comercial do Atlântico	Venda			52,50%	P	CGD/ Interatlântico
	CECV - Caixa Económica de Cabo Verde	Venda	72,60%		27,40%	P	MG/CEMG
Leasing.	Promotora	Venda			40%	P	CGD/ Interatlântico
Seguros	Garantia	Venda			45,90%	P	CGD/ Interatlântico
Distr. Combustíveis	Enacol	Venda			65%	P/Ag	Petrolgal e Sonangol

(*) Joint-venture com a Somague com venda posterior a nacionais da parte do Estado.

Fonte: Unidade Coordenadora das Privatizações (UCP)

6. Nota Final

A experiência de Cabo Verde dá informações úteis sobre as práticas que podem conduzir ao reforço das condições internas de resiliência. Num quarto de século Cabo Verde passou de uma posição de baixo desenvolvimento para médio desenvolvimento.

Quadro 10 - Indicadores do IDH em 1992 e 2005

Indicadores do IDH	1992	2005
Ordem do IDH	122	102
PIB real (dólares ppc)	1.360	5.803
Esperança de Vida	67,3	71
Taxa de escolarização	64	66,4

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994 e 2007-8

E nos últimos 10 anos saltou 20 posições no índice de desenvolvimento humano, quadruplicando o PIB real *per-capita*, aumentando a taxa de alfabetização de adultos em 15%, aumentando a taxa de escolarização a esperança de vida. As severas condições naturais deste arquipélago dão ainda mais sentido aos factores endógenos que permitiram esse desenvolvimento. Dado que o assunto deste seminário é o turismo e, embora o tema desta comunicação seja mais geral e não disponha de dados completos sobre este sector, julgo justificar-se fazer dois comentários sobre o turismo em Cabo Verde. Primeiro, o IDE no turismo tem sido o mais dinâmico dos últimos anos.

Quadro 11 - Evolução sectorial do investimento estrangeiro previsto em Cabo Verde em contos CV (1991-2002)

Anos	Indústria	%	Serviços	%	Turismo	%
1991	102.281	1%	0	0%	0	0%
1993	5.981	0%	0	0%	0	0%
1994	767.553	8%	201.284	1%	1.316.978	6%
1995	1.992.811	21%	191.730	1%	1.525.095	7%
1996	1.014.901	11%	3.418.800	18%	1.517.770	7%
1997	1.429.441	15%	3.611.860	19%	1.584.476	7%
1998	248.961	3%	6.492.162	34%	2.441.963	10%
1999	864.273	9%	201.560	1%	2.112.603	9%
2000	1.506.728	16%	4.226.679	22%	5.111.750	22%
2001	495.761	5%	52.464	0%	4.331.955	19%
2002	922.455	10%	980.991	5%	3.338.905	14%
Acumulado	9.351.146	100%	19.377.530	100%	23.281.496	100%

Fonte: BCV

Segundo, as razões que explicam este crescimento não são muito diferentes das condições gerais que conduziram ao crescimento do IDE: a mudança das instituições que passaram a dar segurança aos investidores e a criarem estímulos ao investimento no turismo; as condições naturais favoráveis, especialmente para o turismo de praia; a estabilidade e segurança política e social; a estabilidade macroeconómica; a disponibilidade de mão-de-obra escolarizada barata com facilidade de formação e qualificação; a salubridade geral e serviços de saúde. Hoje, os principais riscos desta actividade são: os riscos ambientais provocados pelo crescimento da actividade de construção associada ao turismo (no Sal) e ao crescimento urbano desordenado (na Praia); e a incerteza gerada pela subida do preço dos combustíveis e seu impacto na actividade turística internacional.

Bibliografia

- BALLANTYNE (1998). Peter, *Small Islands, Big Issues - Special Treatment for the Most Vulnerable?*, Maastricht., One World Europe.
- CARDOSO, Manuela (2007). *Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe - Educação e infra-estruturas como factores de desenvolvimento*, Porto, Edições Afrontamento.
- HOFF, Karla e STIGLITZ, Joseph (2006). "Modern Economic Theory and Development", In MEIER e STIGLITZ, *Frontiers of Development Economics, The Future in Perspective*, New York, Oxford University Press: 389-459
- INE (1999). *1º Recenseamento Empresarial -1ª Fase*, vol. I -Cabo Verde- 1997, Praia, Instituto Nacional de Estatística.
- REIS, Víctor (2007). *Desenvolvimento e Investimento Directo Estrangeiro em Cabo Verde: Contributo Português*, Tese de doutoramento orientada por Rogério AMARO, Lisboa, ISCTE.
- SUTTON, Paul (1998). "Small States and a Success Lomé Convention", Seminar on Small Island Development States: Their Vulnerability, Their Program of Action for Sustainable Development, Their Opportunities for Post-Lomé, 1-2, September, Brussels. [<http://www.oneworld.org/ecdpm/en/events/98018/Sutton.htm>].